



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

Apelo ao Governo para a defesa dos direitos e interesses legítimos dos consumidores

Lio Kun Fai

7/5/2020

Recentemente, os tópicos como a utilização dos cartões de consumo, a subida de preços e o lucro obtido em condições de desastres têm sido o centro das discussões em Macau. Como princípio-base do lançamento dos cartões de consumo electrónicos, a filosofia de promoção económica local e de alívio da pressão nas despesas dos residentes tem sido posta em prática pela grande maioria das entidades comerciais, que, em resposta ao apelo do Governo da RAEM e com o benefício de atrair mais clientes, ofereceram promoções de diversas naturezas, como desconto imediato ou adicional para os consumidores. Estes, por sua vez, ganham também margem para a economia e a poupança nas suas carteiras, criando uma situação vantajosa para todos. Quanto às situações de lucro obtido em condições de desastre, são casos particulares e acredito que a supervisão das autoridades competentes e dos cidadãos locais tem surtido um efeito positivo nesse aspecto.

De facto, durante o período de pandemia, a diminuição dos variados recursos de bens essenciais tem originado o aumento dos custos logísticos, que, conseqüentemente, tem influência no preço final dos produtos. Ainda que os residentes compreendam a gênese de toda a conjuntura, numa perspectiva a longo prazo, este problema deve ser solucionado partindo da sua raiz. Consta que, na RAEM, se assiste a uma inflação anual de 2,5% nos preços comerciais, sobretudo dos bens essenciais, como produtos alimentares frescos, vegetais, fruta, etc., além de os preços habituais já serem mais elevados em comparação com as regiões vizinhas, o que tem sido uma dor de cabeça para as famílias menos abastadas, especialmente as de classe média baixa, que não conseguem resistir à constante inflação.

Nesse sentido, espero que o Governo possa reforçar os trabalhos de regularização dos preços, penalizando, com as devidas medidas sancionatórias, as situações irregulares e ilegais relacionadas com a fixação concertada de preços, nomeadamente a subida injustificável e colaborada de preços e a retenção intencional de produtos em carência, de modo a assegurar a ordem normal do mercado e os direitos e interesses legítimos dos consumidores.

Apelo ainda para que o Governo introduza mais fornecedores, a fim de elevar o nível de competitividade no mercado, estabilizando a oscilação dos preços.

Apelo também para que estude as possibilidades de redução de etapas que não sejam



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

fundamentalmente necessárias e constituintes da cadeia de fornecimento dos produtos frescos e vivos, encurtando a cadeia de fornecimento e reduzindo os custos inerentes.